ATORES SOCIAIS E GESTÃO PARTICIPATIVA EM UM TERRITÓRIO EM MOVIMENTO: o caso de Vitória do Xingu (PA)

SOCIAL ACTOR AND PARTICIPATORY MANAGEMENT IN A TERRITORY IN MOTION: the case of Vitória do Xingu (PA)

Rosa Ibiapina Santos*

RESUMO

O objetivo deste artigo é debater as influências dos atores sociais nas reconfigurações dos territórios que se utilizam do *approach* da gestão participativa nos fóruns de desenvolvimento local. Para tal, o artigo traça a ideia de ‘território em movimento’ que significa a transformação físico-territorial e identitária de um espaço. O artigo utiliza como estudo de caso o município paraense de Vitória do Xingu. Este município foi criado em 1993 e faz parte de um consórcio participativo de planejamento e gestão municipal, o Consórcio Belo Monte. Este Consórcio foi formado para acompanhar a construção da Hidrelétrica Belo Monte que se apresenta como um grande projeto de infraestrutura que vem transformando os territórios dos municípios onde a usina está se instalando.

Palavras-chave: Gestão Participativa. Território. Território em Movimento. Hidrelétrica Belo Monte.

ABSTRACT

The paper aims to debate the social actor's influence on territory changes by the participatory management approach in a local development forum. For that, the paper brings the idea of "territory in motion". This idea means physical and identity territory changes from social actor actions. The paper takes as a case study the Pará's municipality of Vitoria do Xingu. This municipality was created in 1993 and is a member of the participatory consortium for municipal planning and management called Belo Monte. The consortium was built to follow the construction of the hydroelectric of Belo Monte that is a large infrastructure project that has been changing the municipalities' territories where it has been built.

Keywords: Participatory Management. Territory. Changing Territory. Belo Monte Hydroelectric.

1 INTRODUÇÃO

O artigo aborda a gestão participativa para o desenvolvimento local em um território em acelerado processo de transformação. Especificamente, discute como os atores sociais contribuem e/ou dificultam a relação entre o Estado e a sociedade civil para a construção de um projeto de

Manuscript first received/Recebido em: 19/04/2013 / Manuscript accepted/Aprovado em: 20/05/2013

* Mestre em Administração - Desenvolvimento Sustentável/UNAMA, Esp. em Educação a Distância e Novas Tecnologias/FIPI, Esp. em Docência do Ensino Superior/FAP, Graduada em Ciências Sociais/UFPA. Socióloga da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda/SETER. Coord. da Ass. de Desenvolvimento Institucional - ADI/Faculdade Metropolitana da Amazônia/FAMAZ (91)8127-0738. Email: rosaibiapina@yahoo.com.br

desenvolvimento em município de formação recente e em processos de conformação de identidades econômica, social e cultural. Para tal, utiliza-se o conceito de ‘território em movimento’. As questões centrais que norteiam este artigo são: de que forma a gestão participativa para o desenvolvimento local se estabelece em áreas de formação recente e conformação identitária? Como os atores sociais contribuem e/ou dificultam a relação entre o Estado e a sociedade civil na arena da gestão participativa?

Para responder tais indagações, definiu-se um município no Estado do Pará para análise: Vitória do Xingu. Este foi criado recentemente, em 1993, e fez parte da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS-Xingu - a partir de um consócio participativo de planejamento e gestão municipal, o Consórcio Belo Monte. Este Consórcio foi formado em meio à construção da Hidrelétrica Belo Monte e vem transformando os territórios dos municípios onde a hidrelétrica tem impactos diretos e indiretos.

Busca-se neste artigo identificar os atores sociais envolvidos na gestão do desenvolvimento local do município e descrever como estes contribuem e/ou dificultam a relação entre Estado e sociedade civil para a construção de um projeto de desenvolvimento local.

Por esse viés, para analisarmos as perspectivas da gestão participativa em território em movimento, este artigo apresenta e discute o Consórcio Belo Monte, o PDRS do Xingu, o debate em torno da Hidrelétrica Belo Monte e os atores sociais e suas influências no movimento do território.

2 GESTÃO PARTICIPATIVA E TERRITÓRIO EM MOVIMENTO

Há várias linhas de convergência de argumentação da importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais nas ações voltadas para a promoção do desenvolvimento, seja em escala nacional, regional ou local. Bandeira (1999) destaca cinco linhas: a primeira linha realça a necessidade da consulta aos segmentos da comunidade diretamente afetados, quando da concepção, elaboração, implementação e avaliação de programas e projetos específicos, relacionados com o desenvolvimento, como meio para assegurar sua eficiência e sustentabilidade. A segunda, mais abrangente, registra a importância da vitalidade de uma sociedade civil atuante na vida pública para a boa governança e para o desenvolvimento participativo. Assume a concepção de que a participação da sociedade civil é importante para assegurar a transparência das ações e para permitir o combate eficiente à corrupção no setor público. A terceira linha de argumentação vincula a participação à acumulação de capital social. De acordo com estudos de Putnam (2000), o capital social (conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas) constitui-se em importante fator explicativo das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento. A quarta estabelece conexões entre a operação de mecanismos participativos na formulação e implementação de políticas públicas e o fortalecimento da competitividade sistêmica de um país ou de uma região. A quinta ressalta o papel desempenhado pela participação no processo de formação e consolidação das identidades regionais, que facilitam a construção de consensos básicos entre os atores sociais que são essenciais para o desenvolvimento.

Dessa forma, Bandeira (1999), a partir das linhas convergentes, destaca dois aspectos da participação: o seu caráter de elemento essencial da própria ideia de democracia; e o seu importante papel instrumental derivado da funcionalidade da participação para a articulação de atores sociais e para a viabilização de processos de capacitação e aprendizagens coletivas, extremamente relevantes para a promoção do desenvolvimento.

Há, todavia, aspectos que limitam o planejamento de políticas públicas: aspectos políticos institucionais – o sistema político, Estado e sociedade civil não estão funcionando de maneira apropriada; aspectos financeiros – poucos recursos para serem aplicados nas diversas áreas, geralmente é a razão mais direta para explicar as falhas de planejamento; e aspectos humanos – falta de recursos humanos capacitados e motivados, equipamentos, experiência e competência técnica dos órgãos responsáveis pela política pública. Contudo, muitos destes aspectos estão mudando nos últimos anos, particularmente no Brasil, pois houve um avanço com relação à capacidade técnica das organizações

de Estado. O processo de planejamento de políticas públicas, em geral, exige a interação de diversas organizações dentro do Estado, e destas com a sociedade civil e setor privado, mas ainda falta uma melhora em termos qualitativos (OLIVEIRA, 2006).

Assim, o entendimento neste trabalho é de que gestão participativa é a organização do processo de construção do desenvolvimento na relação entre Estado e sociedade civil, utilizando como tecnologia social: a participação.

Segundo Ammann (1978), a participação, enquanto estratégia para o desenvolvimento, constitui-se num processo dialético, numa prática que pode ser ampliada ou reduzida em nível societal e nas razões que se colocam na área da conscientização, pois a maior ou menor oportunidade de participação social é determinada pelo tipo de relações sociais que vigora na sociedade.

As condições para a participação em nível societal ocorrem em três níveis: historicidade, que exerce influência sobre uma sociedade concreta, histórica e geograficamente situada que penetram na sociedade, produzindo mecanismos de conflitos e de dominação e configuram os sistemas político e organizacional; nível institucional ou político, que representa a mediação entre a historicidade e a organização social, produz as decisões e as regras que comandam o funcionamento da sociedade e expressam a dominação e os conflitos de classes; e nível da organização social, que traduz as decisões do sistema político em normas; onde o poder encontra a técnica ou a instrumentalidade que impõem entraves internos, como a persistência de normas e entraves do passado; e externos, como a posição da organização em suas trocas econômicas, políticas e culturais com seu meio (AMMANN, 1978).

As condições para a participação em nível da conscientização consistem de requisitos que dependem da área psicossocial do indivíduo, tornando-os mais inclinados ou não ao processo participativo, os mais relevantes são: (1) a informação, que possibilita que a população possa julgar a validade das oportunidades e dos instrumentos postos à sua disposição, possa utilizá-los ou rejeitá-los, se os considerar ineficientes ou inadequados; (2) a motivação, que pode ser de natureza: biológica - que impulsiona o indivíduo à sobrevivência e ao domínio sobre o mundo material; ética - que é o motivo da participação, mediante o qual o indivíduo entra em diálogo e comunicação com o outro; lógica - que supõe a necessidade de apoio e que leva à procura da verdade e à cognição; e amorosa - que permite a libertação do indivíduo em relação ao tempo e ao espaço, desenvolvendo a criatividade, a originalidade e a projeção global do sujeito-objeto; e (3) a educação para participar, que depende do apoderamento do meio, de ideias, hábitos, habilidades e de um novo padrão de comportamento, o padrão comportamental da participação, gerado não passiva e automaticamente, mas ativamente que nasce e evolui no exercício contínuo e permanente da práxis participativa pelo homem (AMMANN, 1978).

Para Ammann (1978), as camadas sociais informadas, motivadas e educadas, teriam diante de alternativas quanto às formas de participação em uma sociedade historicamente determinada, segundo as condições propiciadas ou não em nível societal. Embora, a organização possa se apresentar como condição do processo participativo, ao lado da informação, motivação e educação, pode-se afirmar que, em geral, não há participação sem organização; mas nem toda organização propicia a participação social.

Portanto, para Ammann (1978, p.61), “a participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada”.

Sob a perspectiva de Teixeira (2001), a participação é um instrumento de controle do Estado pela sociedade, de controle social e político, pois possibilita que os cidadãos definam os critérios e parâmetros para orientar a ação pública. O controle social tem duas dimensões básicas, o *accountability*, a prestação de contas conforme parâmetros estabelecidos em espaços públicos próprios; e a responsabilização dos agentes públicos pelos atos praticados em nome da sociedade, conforme os procedimentos estabelecidos nas leis e padrões éticos vigentes. A participação tende a ser considerada, pelos próprios atores, nas dimensões expressivo-simbólicas (numa lógica de solidariedade e integração) e de controle social (numa lógica de prestação de contas e responsabilização dos agentes públicos) na relação entre sociedade civil e Estado, numa participação ativa, ou seja, de participação cidadã, que contribui para melhorar a qualidade das decisões mediante o debate público e a construção de alternativas, bem como a exigência deste controle social (TEIXEIRA, 2001).

A sociedade civil tem, assim, um papel fundamental no espaço público e no processo participativo associado à prática de uma boa governança. Práticas de solidariedade e integração que possibilite no território, nas quais as decisões estão sendo delimitadas, a promoção de um movimento em prol do desenvolvimento local. Movimento este, que traz dinâmicas de articulações que impulsionam o motor da transformação social em benefício da coletividade.

A construção do conceito de “território em movimento” apresenta como suporte três fundamentos teóricos: o primeiro, o conceito de território; o segundo, o conceito de território recente articulado à territorialização; e o terceiro, o conceito de movimento identitário.

O primeiro fundamento teórico para o território em movimento parte do conceito de que se consolida a partir das contribuições de Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Saquet (2004), Andrade (1995), Santos (1985, 1996), Santos e Silveira (2003) e Miralha, Nunes e Bordo (2005), conforme os seguintes pensamentos.

Para Raffestin (1993), o território é tratado como uma ênfase político-administrativa, que revela relações marcadas pelo poder, pelo poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Para Haesbaert (2004), o território é jurídico-político, cultural(lista) e econômico. Para Souza (2001) o território é política e também cultural, é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Para Miralha, Nunes e Bordo (2005), o território é autônomo, onde as pessoas têm a liberdade de manifestar suas escolhas e potencialidades, gerando um espaço socialmente equitativo. Já para Saquet (2004), o território é formado pela apropriação econômica, política, cultural e da natureza (que estará sempre dentro do território, indissociável). Para Andrade (1995), o território é uma análise profundamente política e econômica de ocupação do espaço, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área; ou seja, de poder, de controle (administrativo, fiscal, jurídico, político, econômico, efetivo, do espaço ou de uma região). Para Santos (1985), a periodização da história é que define como será organizado o território; o que será o território e como serão as configurações e reconfigurações econômicas, políticas e sociais.

Território é a configuração territorial e o todo, enquanto que espaço é a totalidade verdadeira, semelhante a um matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. A sociedade está sempre em movimento e nos oferece espaços diferentes no transcurso histórico na mesma paisagem e na mesma configuração territorial; resultado das articulações entre sociedade, espaço e natureza (SANTOS, 1996).

Santos e Silveira (2003), afirmam que território é um nome político para o espaço de um país. Ou seja, este espaço reforça e é reforçado pelas articulações políticas em prol de sua constituição e institucionalização, característica da concepção de território no início deste século XXI.

Portanto, território, neste artigo, é compreendido como espaço político-administrativo, econômico, social e cultural vinculado à natureza e ao transcurso histórico que movimentam a sociedade.

O segundo fundamento teórico para o território em movimento parte do conceito de território recente articulado à territorialização, que se fundamenta na concepção de municípios criados após a constituição de 1988; baseado no processo de emancipação político-administrativa no Brasil, que iniciou segundo Magalhães (2008), por volta da década de 1930, processo este que se intensificou nas décadas de 1950 e 1960, restringidos pelo regime militar, que somente após seu término voltou a se intensificar.

De acordo com Magalhães (2008), a Constituição de 1988 possibilitou a criação de municípios que passaram a serem considerados entes federativos e a desempenhar um papel mais relevante na administração pública brasileira, ganhando atribuições e competências e maior participação na arrecadação de impostos da União e dos estados. O momento de instalação de um novo município corresponde ao início de funcionamento efetivo que se dá com a eleição do primeiro prefeito, sendo assim formalização.

Portanto, território recente, neste trabalho, é compreendido como município criado após a implantação da Constituição de 1988.

O terceiro fundamento teórico para o território em movimento parte do conceito de movimento identitário que se fundamenta pela concepção de identidade como dinâmica. A construção social da

identidade, segundo, Castells (2007, p.24), sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder em três formas e origens de construção: identidade legitimadora, identidade de resistência, e identidade de projeto - onde apresentam resultados distintos no que tange à constituição da sociedade, como também a mudança ou movimento de uma forma para outra, como por exemplo, as que começam como resistência e que podem acabar resultando em projetos, ou tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade.

Segundo Castells (2007), a identidade legitimadora é a introduzida pelas instituições dominantes da sociedade, no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. A identidade de resistência é criada pelos atores sociais que se encontram em posições e condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação. E a identidade de projeto é quando os atores sociais, ao utilizarem qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de definir sua posição na sociedade, e por sua vez buscar a transformação de toda a estrutura social, ou seja, é a construção de uma identidade que consiste em um projeto de uma vida diferente - podendo ser com base em uma vida oprimida, mas expandindo-se para a transformação como prolongamento desse projeto de identidade.

Portanto, movimento identitário, neste trabalho, é a dinâmica da identidade em seu processo de construção em prol de uma transformação da estrutura social.

Assim, território em movimento é o espaço de formação recente articulado à territorialização e conformação identitária, onde se estabelece um movimento da sociedade para uma identidade de projeto, na busca da transformação de sua estrutura social e desenvolvimento local¹. Território que se caracteriza pelas re-configurações dos territórios que acontecem permanentemente, seja por aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais, históricos e ambientais.

3 VITÓRIA DO XINGU – ASPECTOS GERAIS DE UM MUNICÍPIO EM MOVIMENTO

No Pará, foram criados 55 municípios pós Constituição de 1988. Segundo o Atlas de Integração Regional² da Secretaria de Estado de Integração Regional – SEIR, das 12 regiões de integração com relação ao perfil municipal de instalação pré e pós 1988, 06 apresentam em sua maioria municípios antigos e 06 possuem predominância de municípios recentes; ou seja, de 143 municípios, 88 são anteriores à Constituição de 1988 e 55 são pós 1988 (SEIR, 2007).

Na região de integração Xingu, onde se localiza o município Vitória do Xingu, 70% dos municípios são recentes. Esta região é a segunda região do Pará em termos de número de municípios recentes (a primeira região, Carajás, com 83,33% de municípios recentes). Esta região teve sua colonização dirigida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no início da década de 1970 com a construção da BR-230 – a rodovia Transamazônica, onde boa parte das intervenções não foi plenamente concluída, grande parte da população local ficou abandonada e sem infraestrutura social adequada. A Transamazônica teve um ritmo de crescimento populacional elevado, que se manteve até a década de 1990, mas depois entrou em crise, com a perda de dinamismo econômico pelo abandono da estrada, e dos programas federais de apoio à população migrante atraída a partir da década de 70, tornando o quadro social agravante e carente de infraestrutura econômica e social, além dos conflitos de terra, insegurança e pobreza que dominaram a região, como por exemplo, a falta de energia.

Vitória do Xingu apresenta densidade demográfica da região de 1,36 habitantes/Km² e certamente isto está ligado à dificuldade de acesso e ao fato de que sua ocupação somente se intensificou nos anos 90, por meio da abertura de estradas. Esta região apresenta como características

¹ O desenvolvimento local neste artigo está intimamente ligado à pretensão ou apropriação pelos atores locais de informações e ações acerca de sua localidade e território, no acompanhamento e influências sobre as políticas públicas aplicáveis para o desenvolvimento em seu território, mediante a participação.

² Atlas de Integração Regional do Estado do Pará, organizado em 2010, pela SEIR, apresenta um conjunto de informações que estão relacionadas a estrutura sistêmica da organização e da condução da micro-política local e, conseqüentemente, dos arranjos que sustentam internamente a federação; tendo como objeto espacial e territorial de investigação o Estado do Pará, suas 12 Regiões de Integração e seus municípios.

gerais uma área de 250.791,94 Km² e abrange os seguintes municípios: Altamira; Anapu; Brasil Novo; Medicilândia; Pacajá; Placas; Porto do Moz; Senador José Porfírio; Uruará e Vitória do Xingu (ATLAS/SEIR, 2010).

Parte desses novos municípios é resultante da formação de aglomerados populacionais que ocorreram em função dos projetos e investimentos do governo central para a consecução de projetos de desenvolvimento regional. Estes aglomerados humanos (e mais tarde municípios) são formados por pessoas advindas de várias partes do país – com culturas de produção, uso da terra e identidades diferentes, bem como seus surgimentos se deram a partir dos movimentos sociais e políticos que as lideranças dessas áreas conduziram, como é o caso de Vitória do Xingu (ATLAS/SEIR, 2010).

Vitória do Xingu dispõe de uma área de 2971,6 km², para uma população de 13.480 mil habitantes, sendo 5.361 de população urbana (39,77%) e 8.119 de população rural (60,23%) (SEIR, 2010; IBGE, 2010).

Vitória do Xingu, juntamente com os demais municípios que compõem a RI Xingu que se movimentam para a busca do desenvolvimento local, instituiu um espaço de discussão com objetivo de planejar o desenvolvimento municipal e da região. Trata-se do Consórcio Belo Monte, nome de fantasia da Associação dos Municípios do Consórcio Belo Monte, constituído em 01 de dezembro de 2001, com estatuto e composição de representação do executivo, legislativo e sociedade civil organizada (sindicatos de trabalhadores rurais, associação comercial, etc.), envolvendo 11 municípios (os 10 da RI Xingu e 01 da Região Marajó, Gurupá) que estão relacionados aos impactos diretos e indiretos da construção da Hidrelétrica Belo Monte.

É uma entidade que representa um movimento no território, que deve sua própria formalização à implantação da hidrelétrica, em busca do papel dos municípios que o compõem perante a construção do empreendimento, seus impactos e benefícios para o desenvolvimento local. Os municípios integrantes da Associação dos Municípios do Consórcio Belo Monte, são: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá (Marajó), Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

Muitos são os movimentos que acontecem no território de Vitória do Xingu e que articulam a mudança para o desenvolvimento local, tais como o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRS e a discussão sobre a Hidrelétrica Belo Monte.

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRS é um instrumento de auxílio à gestão pública, nas diversas esferas de poder, elaborados sobre um diagnóstico local de base científica e com a participação popular. O PDRS do Xingu é o plano executivo da região do Xingu, tendo sido finalizado por técnicos dos governos federal e estadual, num planejamento dessa região com ações prevendo a repercussão das obras da Hidrelétrica de Belo Monte (SEIR, 2010).

O propósito do PDRS do Xingu, a partir de 2007, foi de desenvolver uma gestão participativa entre o Estado e a sociedade civil, no fomento à formulação e à implementação de políticas públicas com base na potencialidade local, o rio Xingu. Ressalta-se que uma demanda da sociedade civil exigia fóruns de discussão sobre a construção do empreendimento e a necessidade do Estado de aproximação com a sociedade civil para a concretização dos objetivos de crescimento produtivo. E dessa potencialidade, a construção da Hidrelétrica Belo Monte, sendo implementada como a terceira maior hidrelétrica do mundo em potência instalada, com 11.233,1 MW (Mega Watts), de importância no programa de crescimento nacional (PDRS-XINGU, 2010).

A Hidrelétrica Belo Monte está também contemplada no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal, sendo um projeto estruturante da região Xingu no Estado do Pará. A alternativa da construção apresenta-se competitiva na concepção do planejamento energético para as perspectivas de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB do Brasil, pois se destina ao atendimento da demanda de energia elétrica às diferentes regiões do país por meio do Sistema Interligado Nacional - SIN. Parte da energia gerada será voltada para o suprimento da própria região do empreendimento, Xingu, e da Região Norte, substituindo o uso da energia fóssil, que apresenta altos custos econômicos e maiores índices de poluição (PDRS-XINGU, 2010).

Os procedimentos legais e operacionais em torno da construção de uma hidrelétrica abrangem programas de viabilidade. O caso da hidrelétrica de Belo Monte abrange a questão da viabilidade técnica, econômica, ambiental e social, num diferencial com relação às demais barragens, por abranger uma série de programas para a garantia do desenvolvimento local e sustentável, que terão como diretrizes as indicações do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e o monitoramento do PDRS do Xingu, mediante um comitê. O PDRS do Xingu, assim, é um mecanismo para a garantia tanto da viabilidade técnica, quanto da econômica, ambiental e social do empreendimento, para não permitir o uso do rio Xingu além de suas condições naturais (PDRS-XINGU, 2010).

Segundo o PDRS do Xingu (2010), as ações ambientais propostas no EIA para fazer frente aos impactos identificados e avaliados podem ter cunho preventivo, mitigador, de monitoramento, potencializador de benefícios ou compensatório. Estas ações encontram-se consolidadas em Planos, Programas e/ou Projetos articulados pelo sistema de gestão ambiental (instrumento de consolidação dos procedimentos e controles necessários à atividade de implantação da Belo Monte). Isto é, Planos que contemplam uma série de Programas integrados e estes, por sua vez, congregam um conjunto articulado de Projetos, conforme propostas de 19 Planos, 53 Programas e 58 Projetos associados aos seus principais eixos de atuação.

Assim, o PDRS do Xingu contribuiu mediante uma gestão participativa, com participação do Consórcio Belo Monte em todas as reuniões realizadas em 2010, para compor um complemento ao Plano de Gestão Ambiental e ao Plano Básico Ambiental – PBA. Porém, deve mediante um Comitê Gestor monitorar também de forma participativa este Plano de Gestão Ambiental, garantindo aos municípios atingidos o desenvolvimento local, sobretudo, para os municípios de Altamira e Vitória do Xingu, que serão diretamente afetados. Contudo, Vitória do Xingu, apesar de não apresentar visibilidade com relação à hidrelétrica igual à de Altamira, pelas próprias características de mobilização dos movimentos sociais no município pólo da região Xingu, receberá impactos que podem ser percebidos pelo número de casas que serão construídas, para alojar uma grande demanda de pessoas e trabalhadores da hidrelétrica, cerca de 500% (quinhentos por cento) de casas a mais em relação à Altamira.

O PDRS do Xingu, assim, apresenta-se como um espaço de discussão para complemento das políticas públicas para os requisitos obrigatórios como o EIA, RIMA, PBA e Plano de Gestão Ambiental, e como uma forma de monitoramento para acompanhar as ações em torno da construção da hidrelétrica para garantir por meio da gestão participativa o desenvolvimento local. Ou seja, o PDRS-Xingu se configura, após sua finalização, na constituição de um Comitê Gestor, que visa obrigatoriamente a uma gestão participativa, conforme sua composição e perspectiva de atuação, que será mais detalhado a diante, necessária para a garantia dos recursos e investimentos locais, de forma a possibilitar a qualidade de vida das pessoas que ali e dali vivem.

O Consórcio Belo Monte subsidiou, assim, esta gestão participativa no PDRS do Xingu, bem como o FORT-Xingu, constituído em 2009, com o objetivo de acompanhar os avanços para a efetiva possibilidade de construção da hidrelétrica, ambas as instituições ajudaram na organização das reuniões e eventos em Altamira, no que se referia ao local de realização e mobilização da sociedade civil local para uma participação maciça. Dessa forma, as reuniões em 2010, foram organizadas com a participação da sociedade civil. Todavia, apesar das reuniões com debates pertinentes ao desenvolvimento local com a participação de diversos segmentos da sociedade civil, como representantes de pescadores, da construção civil, dos empresários, da comunidade indígena, das associações dos municípios, imperava a discussão sobre a Hidrelétrica Belo Monte, principalmente pelo fato da não participação dos movimentos sociais e representação religiosa nas reuniões, contrários à construção.

Para compreender a discussão sobre a Hidrelétrica Belo Monte (apresentada no item a seguir) é importante entender o processo de conscientização dos atores envolvidos, que Ammann (1978), conceitua como participação em nível de conscientização, na qual consiste de requisitos que dependem da área psicossocial dos indivíduos, possibilitando-os ao processo participativo, mediante informações, motivações e educação. Assim, as informações, motivações e educação, em torno da construção da Hidrelétrica Belo Monte apresentam, historicamente, dois lados contrários, que envolvem os atores sociais, há pelos menos 30 anos, que passaram por inúmeras situações jurídicas, burocráticas e, sobretudo, de luta de interesses conflitantes.

Os interesses conflitantes estão na arena da gestão participativa, pois há aqueles que vêem o empreendimento como benéfico, social e economicamente, para o Brasil e para a região - os a favor; e aqueles que vêem o empreendimento como prejudicial, ambiental e culturalmente, sobretudo à questão indígena – os contras. Assim, a discussão sobre a hidrelétrica, caracteriza duas dimensões, que dividem opiniões, interesses e ideologias que ao longo do tempo, sempre ocorreu a predominância de uma sobre a outra. Estas dimensões, identificadas, aqui, como duas dimensões psicossociais em torno da hidrelétrica, são: a primeira, a dimensão “contra versus a favor” à construção da Hidrelétrica Belo Monte, e a segunda, a dimensão participativa de controle de ações e investimentos para o desenvolvimento local.

A primeira dimensão psicossocial “contra versus a favor” à construção da Hidrelétrica Belo Monte, refere-se ao embate dos atores sociais de forma conflituosa, histórica, que desencadeou dois grupos opostos. Os grupos opostos na dimensão “contra versus a favor” à construção da Hidrelétrica Belo Monte, como de um lado - contrário: Fundação Viver Produzir e Preservar – FVPP e os movimentos sociais associados - comunidades ribeirinhas, indígenas e pescadores; e representante da igreja católica. E de outro - favorável: Consórcio Belo Monte; Conselho Indígena – COI; PDRS do Xingu; Eletrobrás/Eletronorte; Governos Federal, Estadual e Municipal; e Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Sócioambiental da Transamazônica e Xingu - FORT XINGU.

Porém, com a emissão da Licença Prévia N°342/2010, em 2010, e da Licença de Instalação N°770/2011 da Hidrelétrica Belo Monte, em 2011, somadas às aspirações advindas dos planos de desenvolvimento, das expectativas empresariais, e esperanças da comunidade, inclusive a indígena, para a garantia das condicionantes estabelecidas na licença prévia, bem como a proposta de uma melhoria na qualidade de vida social, deu-se a abertura para uma discussão participativa para o desenvolvimento local. Fortalecida pela constituição do Comitê Gestor, após finalização, em 2010, do PDRS do Xingu, que busca o controle participativo das representações da União, do Estado, dos municípios da região Xingu, e das representações da sociedade civil na efetivação das políticas de desenvolvimento local e sustentável, estabelecidas no Plano de Gestão Ambiental e Plano Básico Ambiental, bem como no RIMA.

A Licença Prévia N°342/2010, válida por 2 (dois) anos, apresenta 40 (quarenta) condicionantes para a liberação da Licença de Instalação. A Licença de Instalação N°770/2011, concedida em 26 de Janeiro de 2011, muda a categoria de Aproveitamento Hidrelétrico (AHE Belo Monte), que se refere aos estudos e tentativas de implantação do empreendimento, para Usina Hidrelétrica (UHE Belo Monte), já referente à consolidação dos aportes legais para sua implantação, ou seja, demonstrando que os mais de 40 anos, de proposição da hidrelétrica, sendo destes, 30 anos de manifestações contrárias, apresenta a possibilidade de construção. Associado a isto, a implantação do Comitê Gestor possibilita um acompanhamento das ações designadas no PDRS do Xingu, que torna mais evidente a necessidade de participação entre os dois lados contrários na discussão da hidrelétrica.

O Comitê Gestor, assim, foi instituído segundo o Decreto nº 7.340/2010, da Presidência da República, juntamente com o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu, com demonstração de constituição participativa. Apesar dos conflitos, ao longo destes anos, a Hidrelétrica Belo Monte, apresenta um novo contexto a partir da concessão destas Licenças e da constituição do Comitê Gestor, o de duas dimensões que envolvem os atores a novas formas de organização, visto que apesar das contradições na primeira dimensão psicossocial (“contra versus a favor” à construção da Hidrelétrica Belo Monte), há um cenário de efetivação da implantação da hidrelétrica que para a garantia do desenvolvimento local precisa da participação destes dois lados, numa configuração de uma segunda dimensão psicossocial (dimensão participativa de controle de ações e investimentos para o desenvolvimento local).

A segunda dimensão psicossocial participativa de controle de ações e investimentos para o desenvolvimento local se refere à nova organização social que se configura em torno da Hidrelétrica Belo Monte, com a necessidade dos grupos historicamente em posições opostas, participarem do Comitê Gestor para o controle do PDRS do Xingu e dos recursos de compensação ambiental de forma a garantir a ideal aplicação dos recursos de compensação ambiental e políticas de infraestrutura para a região Xingu, estabelecidas no Plano de Gestão Ambiental, nas indicações de ações necessárias para a região no RIMA, e principalmente no controle do recurso, discutido em reunião do PDRS do

Xingu, realizada em Brasília, em 20/07/2010, para o estabelecimento de ações do empreendedor, dos critérios para a gestão de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões) e da metodologia participativa do modelo de gestão do plano (Comitê Gestor).

Embora, esta segunda dimensão psicossocial, seja uma estratégia de desenvolvimento, apresenta-se fragilizada devido a tantas manifestações, ao longo destes 30 anos, pois como afirma Paiva (2010), a partir de 1980, são fortes e recorrentes as manifestações contrárias à construção da hidrelétrica, de repercussão nacional e internacional, envolvendo lideranças indígenas e dos movimentos sociais locais, ambientalistas, Organizações Não Governamentais (ONG's), setores da igreja católica e de pesquisadores; abrangendo a participação das mulheres na promoção de encontros e manifestações contrárias à construção.

Conflitos que desencadearam vários embargos dos estudos para a viabilização da hidrelétrica, geraram movimentos paralelos de participação entre os movimentos do Estado, de um lado, entre os movimentos da sociedade civil, de outro, mas não de uma gestão participativa que unisse estes dois lados. Contudo, com o PDRS do Xingu, as audiências públicas e o Comitê Gestor, a gestão participativa ganha um impulso necessário para a busca de um desenvolvimento local e sustentável.

Esta divisão pode ser verificada na análise da trajetória histórica em torno da Hidrelétrica Belo Monte, visto que a discussão sobre sua construção é um movimento no território que iniciou em 1970, que devido às contestações dos movimentos sociais contrários, a partir de 1980, que instigou a uma necessidade de estudo mais aprofundado sobre os impactos ambientais e sociais acerca do empreendimento, possibilitaram estudos mais estruturados para a implantação da hidrelétrica, ou seja, os movimentos da sociedade civil influenciaram os movimentos do Estado. Em 1989, estes movimentos contrários se intensificaram, mediante o Movimento para Sobrevivência na Transamazônica, com uma organização que incluía os sindicatos, cooperativas e comunidades eclesiais da igreja católica. Em 1991, destes movimentos foi constituída a Fundação Viver, produzir e Preservar – FVPP³, que mobiliza em torno de uma única instituição, todos os movimentos contrários à hidrelétrica. Contudo, em 2001, os movimentos do Estado, mediante o aprofundamento dos estudos, tiveram mais dinamismos, no intuito da implantação da hidrelétrica, em que a Eletrobrás juntamente com a Eletronorte firma acordo em 2000, realizando um novo projeto de engenharia vinculado à implantação de um Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável e um Plano de Inserção Regional – PIR elaborado pela Eletronorte. Portanto, esta retomada do projeto por parte do Estado, depois de alguns anos, deve-se, sobretudo, à força dos movimentos sociais em suas manifestações e exigências de um projeto que agregasse à região vantagens e não o desconhecimento sobre os verdadeiros impactos ambientais e sociais, mediante reuniões locais para discussão em torno da hidrelétrica. Em 2001, fundou-se o Consórcio Belo Monte, num movimento da sociedade civil a favor à hidrelétrica, legitimando a divisão da sociedade civil quanto à questão, caracterizando um passo para a gestão participativa entre Estado e sociedade civil (RIMA/ELETROBRÁS, 2009).

Tais movimentos, tanto do Estado, quanto da gestão participativa e da sociedade civil, estão ligados aos atores sociais e suas influências nos movimentos do território, de forma a possibilitar a compreensão de mais de uma dimensão psicossocial, uma, com foco nas contradições, e outra, com foco na gestão participativa, de fato. Essas influências dos atores sociais serão evidenciadas no item a seguir.

4 OS ATORES SOCIAIS E SUAS INFLUÊNCIAS NOS MOVIMENTOS DE VITÓRIA DO XINGU

As influências dos atores sociais nos movimentos do território desencadearam e desencadeiam situações que caracterizam as duas dimensões psicossociais, seja pela força de Estado ou de sociedade civil, ou pelo contexto de gestão participativa que se impõe. Assim, é importante traçar estas influências a partir destes movimentos históricos.

³ Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP, organização sem fins lucrativos, situada na Região da Transamazônica, com sede no município de Altamira, fundada em 1991, pela iniciativa das organizações camponesas, movimentos pastorais e populares urbanos e de educadores da Rodovia Transamazônica e do Rio Xingu, com atuação enquanto movimento social organizado desde a primeira metade da década de 1980, após o abandono do projeto de colonização da região pelo governo federal.

Segundo Paiva (2010), as manifestações contrárias à construção da hidrelétrica se deram a partir de 1980 e se intensificaram a partir de 1989, no “I Encontro das Nações Indígenas do Xingu”, realizado em Altamira, em que a indígena Kayapó da Aldeia Gorotire, Tuíra, com aproximadamente 19 anos, na época, num gesto de repúdio à Hidrelétrica de Kararaô - nome inicial da Belo Monte, encostou um terçado no rosto de um dos representantes da Eletronorte presentes no encontro. Esta atitude associada a um grande momento de efervescência da organização da população de Altamira e da região da Transamazônica, num contexto de situações de violência física vivenciada na região como o assassinato de mulheres e crianças de Altamira - o caso das crianças emasculadas⁴, e à luta pela garantia do acesso e da permanência na terra, de melhores condições de vida e de transformação dessa realidade; possibilitou uma grande articulação do movimento social, que já atuava na região, com objetivo de compreender o significado da construção de uma hidrelétrica no rio Xingu, numa preocupação com relação aos danos ambientais e sociais ocorridos na construção de outras hidrelétricas, como por exemplo, a de outra construída no Estado do Pará, como a hidrelétrica de Tucuruí, no intuito de evitar a repetição de mais um empreendimento prejudicial à população, numa organização denominada “Movimento para a Sobrevivência na Transamazônica”.

Para Paiva (2010), o “Movimento para a Sobrevivência na Transamazônica” instigou a mudança de nome da hidrelétrica Kararaô para Belo Monte, por não representar um empreendimento vinculado aos objetivos e direitos indígenas. Também foi consequência dessa articulação contra a construção da hidrelétrica, a associação entre este movimento e os sindicatos, comunidades da igreja - Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s, a Igreja e a Prelazia do Xingu - com o papel de organizar a comunidade da região, as cooperativas, ou seja, todas as organizações sociais da região. Articulação que desencadeou a implantação da Fundação Viver, Produzir e Preservar – FVPP, em 1991, que passou a organizar a causa contra as barragens e a se legitimar na questão contra a hidrelétrica num fortalecimento da primeira dimensão, como mais uma instituição com recursos técnicos e financeiros, ao longo dos 30 anos, no intuito de mobilização contrária à construção da Belo Monte.

Nesse contexto, em 2001, o Consórcio Belo Monte foi fundado na concepção de que era necessário outro olhar sobre a construção da Hidrelétrica Belo Monte, para verificar os aspectos positivos e acompanhar as propostas de desenvolvimento local e sustentável, que podem ser confirmadas nas falas da assessora técnica e de um dos fundadores do Consórcio, com aceitação favorável ao empreendimento pela possibilidade de: dinamização econômica e desenvolvimento à região; fortalecimento do potencial produtivo; geração de energia e renda e políticas públicas voltadas para a região que, segundo os defensores da hidrelétrica, por muitos anos se fez abandonada pelo poder público, ou seja, há uma visão favorável ao empreendimento, por parte da sociedade civil, o Consórcio Belo Monte, mas preocupante, sobretudo, com o controle dos recursos para o desenvolvimento local e sustentável:

Sou a favor da hidrelétrica, mas a mesma me preocupa, pois as coisas estão fortes agora, e não vejo um controle efetivo necessário para a garantia destes milhões que virão, para quem? para quê? será que vai gerar o desenvolvimento, não há discussão interna, como vai ter articulações efetivas externas. [...]. Saí do consórcio, pois a presidência é num período de 02 (dois) anos, e as gestões posteriores não entenderam o real objetivo do Consórcio ter sido constituído, pois temos que ter uma gestão que discuta as consequências, benéficas e malélicas, da hidrelétrica.⁵

Havia um empreendimento para a região e uma das grandes preocupações na constituição do consórcio era que não fosse constituído por único poder, com a missão de participação de cada município, organização dos municípios e da área de abrangência do projeto, alertando a região da importância da participação. [...]. Qual foi o trabalho inicial? Reuniões com as comunidades que seriam impactadas, bairros periféricos, fazíamos reuniões com as associações que tinham seus representantes (presidentes de bairro), onde tínhamos um calendário mensal de reuniões, mostrando a importância da participação dentro do projeto, pois Belo Monte não é um projeto meu e seu, mas de todo mundo da região.⁶

⁴ Crianças emasculadas de Altamira - crianças estupradas ou violentadas, castradas e assassinadas com grande grau de violência, que fortaleceram as mulheres e mães num sentimento de dor caracterizando um símbolo de luta para enfrentar qualquer situação para a melhoria das condições de vida daquelas pessoas.

⁵ Um dos fundadores do Consórcio Belo Monte e ex-prefeito de Vitória do Xingu, na época de emancipação do município. O mesmo estava vestido com uma camisa que tinha a seguinte frase “Eu Quero UHE Belo Monte”, em entrevista, em 26-11-2010, em seu sítio, na zona rural de Vitória do Xingu.

⁶ Assessora técnica do Consórcio Belo Monte até 2010, iniciou nas escolas e mobilizando os municípios para a organização em prol do desenvolvimento social, em entrevista, em 02-07-2010, na sede do Consórcio, em Altamira.

Dessa forma, os movimentos da sociedade civil começaram a se instalar, inicialmente, na sub-dimensão contrária, dentro da primeira dimensão psicossocial “contra versus a favor” à construção da Hidrelétrica Belo Monte, mas depois começaram a se manifestar também na sub-dimensão favorável, demonstrando uma abertura para a gestão participativa. Antes de 2001, do lado favorável havia apenas os movimentos do Estado – basicamente na tentativa legal de implantação da hidrelétrica. Ou seja, os movimentos eram paralelos, com o olhar do Estado a favor, e outro, da sociedade civil contra. Somente, a partir da constituição do Consórcio Belo Monte, em 2001, e com o PDRS do Xingu e as audiências públicas⁷ nos municípios de Vitória do Xingu e Altamira, em 2007, que se começou uma prática mais participativa para um consenso social, tendo ainda a criação de outra instituição a favor, o FORT-Xingu⁸, constituído em 2009, pelos empresários de Altamira e demais municípios da região Xingu, com o objetivo de criar alternativas e estimular modelos de desenvolvimento sustentável e local.

Contudo, a sociedade civil contra a construção da hidrelétrica, representada pela FVPP, instituição fortalecida pela organização de entidades locais, intensificou os eventos para esclarecer à população sobre os acontecimentos e promover mobilizações, numa preocupação com relação à divisão da sociedade civil sobre a questão contrária - a FVPP e representante da igreja católica; e favorável – o Consórcio Belo Monte, o FORT-Xingu e Conselho Indígena – COI.

Em 2007, a FVPP organizou o Seminário do “Dia Internacional Contra Barragens: Viva o Rio Xingu Vivo” e o Encontro “Povos Indígenas e a Hidrelétrica de Belo Monte”, evento ocorrido em Altamira, que contou com a presença de lideranças do movimento social, dentre as quais, indígenas, mulheres, ambientalistas e ribeirinhos. Evento que desencadeou um protesto nas ruas de Altamira na defesa do rio Xingu, numa concepção de que a construção de Belo Monte não tiraria apenas o rio enquanto meio de sobrevivência imediata, mas enquanto estrutura que dá significado a uma existência perpetuada e re-significada através de gerações (PAIVA, 2010).

Em 2008, no “Encontro dos Povos Indígenas e Movimentos Sociais: Xingu Vivo para Sempre”, de grande repercussão nacional e internacional, sobretudo, pelos acontecimentos em torno dos embates entre grupos indígenas e o engenheiro da Eletrobrás, onde assim como em 1989, mais uma vez a indígena Tuíra ameaçou com facão o engenheiro, que defendia a viabilidade da hidrelétrica, alegando que a Fundação Nacional do Índio – FUNAI (enquanto “órgão que tutela os índios”) já havia se manifestado positivamente em relação aos impactos sobre os povos indígenas do Xingu (PAIVA, 2010, p.145). Desse evento, desencadeou-se o “Movimento Xingu Vivo para Sempre”, liderado pelo movimento de mulheres de Altamira e região e pela FVPP.

Em 2010, no “III Encontro Latinoamericano de Ciências Sociais e Barragens”, realizado na Universidade Federal do Pará – UFPA, confirma-se a continuação de um movimento de resistência à hidrelétrica Belo Monte com a participação de lideranças indígenas do Mato Grosso, e uma representação indígena do Xingu, os Araras, e demais trabalhos apresentados que fortaleceram a resistência às barragens. Com participação da representação do Movimento de Mulheres de Altamira e região e da FVPP, numa proposição final do encontro de continuar com a resistência às barragens, principalmente à Belo Monte, com apoio às instituições da sociedade civil local, principalmente a indígena, que não deseja a construção.

Segundo Paiva (2010), os povos indígenas do Xingu são em torno de 25 etnias distribuídos em 18 terras indígenas, dentre estas as que serão atingidas pela construção da Hidrelétrica Belo Monte são 10 terras indígenas com 14 povos indígenas.

Tal constatação foi importante para a percepção de que há um número maior de povos indígenas e apenas uma representação, a Arara, no “III Encontro Latinoamericano de Ciências Sociais e Barragens”, evento de resistência às barragens, sobretudo, à Belo Monte. Fato demonstrado na fala do representante Arara sobre seus parentes indígenas que estavam mudando de lado, ou seja, não estavam mais em sua totalidade contra a construção, inclusive pelo fato do conflito entre indígenas que ocorreu em Altamira, em 22 de junho de 2010, momento da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Altamira:

⁷ Audiências públicas, que ocorreram nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, em 2007, para discutir o Termo de Referência - TR para o Estudo de Impacto Ambiental – EIA, que teve como consequência a emissão pelo IBAMA do TR.

⁸ FORT-Xingu – Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Sócio-ambiental da Transamazônica e Xingu é um espaço de discussão entre as organizações representativas da sociedade civil para estudar e criar alternativas com o objetivo de estimular e implantar modelos de desenvolvimento sustentável para a região composta pelos 11 municípios que fazem parte das áreas de influência direta e indireta do Projeto AHE Belo Monte.

Infelizmente nossos parentes estão mudando de lado, devem estar recebendo algo em troca, pois em Altamira, quando os indígenas quase brigaram entre si ficou claro que os que estão fazendo o empreendimento querem jogar os indígenas contra os indígenas, no dia em que o Lula esteve em Altamira. [...]. O Lula é muito bom, mas com relação à Belo Monte, não foi correto. Mas nós vamos resistir juntamente com os parentes Juruna, do Mato Grosso, pois eles [demais indígenas] alegaram que os Juruna, não poderiam estar ali protestando, porque eram do Mato Grosso, mas a causa indígena é única. E a mídia adorou, pois queriam mostrar que estávamos fracos. Por isso resolvemos sair e não entrar em conflito físico com os parentes, para não demonstrar que estamos em lados separados. [...]. Mas, a luta continua, não Belo Monte, não Belo Monte [...].⁹

Esta afirmação associada ao fato do conflito entre indígenas ocorrido em Altamira, no momento da visita do Presidente Lula com o objetivo de fortalecer as ações de desenvolvimento local, deu-se devido, segundo a assessora técnica do Consórcio Belo Monte, ao protesto dos Juruna do Mato Grosso e dos Araras da Volta Grande do Xingu, em forma de passeata pela orla da cidade em direção ao local de pronunciamento do Presidente, encontrando-se com os demais povos indígenas locais, principalmente liderado pela representação do Conselho Indígena – COI, que impuseram a saída dos indígenas que estavam protestando, para garantir melhorias aos demais indígenas locais e que sem a participação junto ao Estado, não haveria tal conquista, e este protesto não seria positivo neste sentido. Segundo a assessora do Consórcio os protestos são formas de desarticular uma participação já avançada, igualmente ao da presença do cineasta americano James Cameron, que passou alguns dias na região e passou a divulgar na imprensa internacional a inviabilidade do projeto Belo Monte, apoiado pela FVPP.

A liderança Xipaia, que representa o Conselho Indígena - COI, afirmou que não há mais o indígena representado pelas entidades, principalmente, pela FVPP, Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Consórcio Belo Monte, FUNAI, e ultimamente o FORT-Xingu, que publica na cidade que apóia a Hidrelétrica Belo Monte, mas que cobrará as condicionantes especificadas na Licença Prévia, sobretudo, quanto à questão indígena, em outdoor espalhados na cidade de Altamira, conforme Figura 08. Há a utilização do argumento por aqueles que são contra – principalmente FVPP – que os indígenas iriam perder com a construção, e ficando do lado contra, iriam ganhar muito mais, mas os ganhos nunca aconteceram para os indígenas, ao longo dos anos. Por isso, desencadeou-se, assim, a constituição do Conselho Indígena – COI, para garantir de fato o desenvolvimento para as comunidades indígenas:

Nós indígenas, fomos o que mais demos a ‘cara’ nesta questão para a sociedade; pois, ficamos por muito tempo contra o empreendimento, agora, estamos a favor, desde que respeitem nossas culturas, terras e o meio ambiente. Mudamos para melhorar. [...]. No início confiávamos na FVPP, mas percebemos que muitos ganhavam, por ser contra, mas nós não. A FVPP e o CIMI nunca se direcionaram para fazer uma proposta para o desenvolvimento local ou mostraram uma preocupação em preservar realmente, porque nunca apresentaram uma proposta ao empreendimento. [...]. O Consórcio Belo Monte nunca nos chamou para discutir, assim como o FORT-Xingu, que agora, espalha pela cidade que é a favor, mas desde que cumpridas as condicionantes, inclusive as indígenas, mas nunca nos chamou para conversar. [...]. Usam os povos indígenas, falam em nosso nome, sem autorização. 99% das populações indígenas não participam dos movimentos sociais, mas eles não aceitam nossa posição. Quando resolvemos não participar mais, viraram as costas e se aproximaram mais dos ribeirinhos, criando procuração que nunca demos. Para eles, o projeto Belo Monte é importante desde que seja para continuar na luta contra, onde há mais ganhos. Para os que são a favor, também não nos escutam. Hoje, é o indígena pelo indígena.¹⁰

Portanto, isto mostra que os povos indígenas da região não estão somente contra a hidrelétrica, causa bastante disseminada pela FVPP e pelo “Movimento Xingu Vivo para Sempre”, e reforçada no “III Encontro Latinoamericano de Ciências Sociais e Barragens”, mas há uma busca da comunidade indígena em se organizar e participar das discussões para a garantia de seus direitos e de uma vida

⁹ Representante Arara, da Volta Grande do Xingu, na Mesa Redonda 5: Territorialidades, Conflitos e Demandas de Movimentos Sociais Indígenas, no “III Encontro de Ciências Sociais e Barragens”, realizado na UFPA, no dia 02/12/2010.

¹⁰ Representante Xipaia, líder do Conselho Indígena - COI, onde representa as comunidades indígenas que serão atingidas pela construção, exceto Arara e Juruna, em entrevista, em sua casa - Altamira, 13/12/2010.

melhor, num entendimento de que esta organização será fundamental para a conquista da garantia de suas terras, da preservação do meio ambiente e dos meios de subsistência, sendo a missão do Conselho Indígena – COI:

O Conselho Indígena – COI tem a missão de articular nossos direitos e uma vida melhor, mas isto não é tão fácil assim. [...]. Agora, a partir de 2009, que percebemos isto, e este ano (2010), foi fundamental para nossas participações com o governo, para nossa organização, mas não somos bobos. [...]. Queremos entender e saber sobre as nossas terras, a preservação da natureza, que é a nossa casa, apesar de muitos de nós vivermos na cidade, nessa busca de uma vida melhor, mas somos da natureza e vivemos para a natureza, por isso lutaremos por ela, [...], além do fato de nossos modos de subsistência, nosso peixe, nossa caça. [...]. Tudo é importante, e quem pode brigar verdadeiramente por isso somos nós indígenas. É uma pena que alguns [Araras] ainda não perceberam isso.¹¹

As principais razões contrárias ao empreendimento são: imposição à região de um empreendimento não desejável, grande impacto ambiental, possibilidade de chegada de muitas pessoas que não vão conseguir emprego, devido à desqualificação, e se deslocarão para áreas de conservação e reservas extrativistas, num aumento da degradação ambiental, que irá repetir o histórico brasileiro do não cumprimento das condicionantes para a instalação da hidrelétrica, de ser um empreendimento caro e inviável para um modelo de desenvolvimento, gerando miséria e pobreza.

A hidrelétrica é um projeto faraônico, não é viável, do ponto de vista técnico e financeiro, e a região tem que estar preparada para receber as pessoas que virão sem qualificação, que já estão chegando desde o ano passado (2009). [...], queremos elaborar um modelo de desenvolvimento juntamente com o governo federal, estadual e sociedade civil para a região que não passa por Belo Monte. [...], mas de produção de cacau, de agricultura familiar, de potencial turístico enorme, de um dos maiores corredores de biodiversidade do mundo; o Rio Xingu tem mais de 800 espécies de peixe, onde reúne mais peixe que todos os peixes da Europa junta; pesca esportiva; mais de 200 sítios arqueológicos que se quer foram descobertos; 25 povos indígenas na região, isto tem que ser valorizado, [...], de um modelo que se quer passa por Belo Monte, que não vai garantir a manutenção dos povos indígenas da região, vai acabar com a diversidade biológica, com a manutenção da navegação para as pessoas da região, e da pesca, 80% das pessoas que vivem em torno da Volta Grande vivem da pesca, principal fonte de renda. [...]. Vamos manter o trabalho de resistência, no pior dos casos terá que cumprir as condicionantes.¹²

A assessora da FVPP, assim como os demais atores sociais entrevistados, apresenta declarações importantes para o entendimento de que ainda é forte o posicionamento com relação à primeira dimensão psicossocial “contra versus a favor” à construção da Hidrelétrica Belo Monte. Afirma, que quando questionada sobre uma outra dimensão psicossocial que se configura para a gestão participativa de fato, seja no Consórcio Belo Monte, no PDRS do Xingu, nas audiências públicas e na constituição do Comitê Gestor, relembra que por organizar as informações e dados da fundação, acompanhar o Estudo de Impacto Ambiental – EIA, Relatório de Impacto Ambiental – RIMA e o processo de licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, há a convicção de que não houve gestão participativa no âmbito do Consórcio Belo Monte, das audiências públicas e do PDRS-Xingu. A FVPP era convidada, mas se recusou e se recusa a participar por considerar estes elementos mera formalidade e não participação de fato, onde não se pode colocar numa mesma mesa, inimigos históricos. E o Comitê Gestor também será outro palco de participação, que não configura de fato uma gestão participativa, que respeita o local:

¹¹ Representante Xipaia, líder do Conselho Indígena - COI, onde representa as comunidades indígenas que serão atingidas pela construção, exceto Arara e Juruna, em entrevista, em sua casa - Altamira, 13/12/2010.

¹² Assessora da Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP, destacando o modelo de desenvolvimento que os resistentes à construção da hidrelétrica acreditam, em entrevista, em 10-12-2010, na sede da fundação, em Altamira.

Nossa luta começou há algum tempo, e vamos continuar constantemente contra as barragens. Quem é o Consórcio Belo Monte? Quem são as pessoas que estão por trás dele? São empresários e a elite da região, são pessoas envolvidas em processos violentos. O PDRS do Xingu é mera formalidade, assim como as audiências públicas, que contaram com muitos policiais, esquadrão anti-bomba, que assustou as pessoas, quem iria contestar? Mesmo que a sociedade civil, hoje, esteja dividida, vamos continuar resistindo. [...]. Os indígenas estão divididos, porque estão sendo enganados. [...] Todos sabem que é uma região palco de conflitos, e querer colocar numa mesma plataforma de diálogo pessoas historicamente... inimigas, não há debate e segurança, apesar do convite por parte do Consórcio Belo Monte, do PDRS do Xingu. [...]. A participação que queremos não é esta, não vamos participar, porque não acreditamos que Belo Monte seja viável e não vamos legitimar esta gestão participativa, mesmo que já esteja neste nível de Comitê Gestor e com as licenças [prévia e de instalação] já conquistadas.¹³

O Comitê Gestor, símbolo da segunda dimensão psicossocial participativa para o controle das ações e investimentos para o desenvolvimento local, necessita da participação da sociedade civil, inclusive da FVPP, pela sua importância e história no processo de resistência à construção e por ser mais um ente neste controle, além do Consórcio Belo Monte, FORT-Xingu e Conselho Indígena – COI. Todavia, a recusa nesta gestão participativa, para não legitimá-la, não traz apenas um atraso no processo de gestão participativa, mas a dúvida na garantia do desenvolvimento local, apesar das ações e investimentos referendados em troca da utilização do recurso natural, o rio Xingu, porém, isto não é uma garantia de desenvolvimento, pois a comunidade local é essencial nesse processo.

A secretária técnica do Consórcio Belo Monte afirmou que, de acordo com a constituição da instituição e Estatuto, deveria haver a participação dos movimentos sociais, com destaque para a FVPP, porém, não havia a presença da fundação nas reuniões do Consórcio, desencadeando uma ausência nas discussões em torno da hidrelétrica, e quando da participação no PDRS do Xingu, suas presenças eram pontuais, apenas no Seminário de Cadeias Produtivas, organizado pelo Plano, realizado em agosto de 2010, em Altamira:

Não contamos com os movimentos sociais, estamos muito ocupados participando das reuniões do PDRS-Xingu, em Belém, em Brasília e em Altamira. Inclusive nossas reuniões internas estão sendo adiadas, devido ao apoio ao Plano e suas atividades aqui no município pólo, pois as nossas discussões para melhoria dos municípios estão ocorrendo em nível do Plano. [...]. O Comitê Gestor será uma missão para a próxima gestão a partir de 2011. A única reunião que vamos fazer será agora em Dezembro, para eleição interna.¹⁴

A gestão participativa requer diálogo constante entre os atores, seja em reuniões formais ou informais, contudo, a instalação de fóruns participativos formais, como o Consórcio Belo Monte comprova que isto, por si só, não induz à gestão participativa. Há entraves neste processo, em particular, como a história de oposição que impossibilita a construção de um consenso para a proposição de projetos concretos. A participação requer uma aproximação das entidades, mesmo que de posições divergentes, a não participação significa delegação de poder para aqueles que participam para a tomada de decisão de ações que afetam (direta e indiretamente) a vida de todos os atores do território.

A gestão participativa para o desenvolvimento local em áreas de formação recente e conformação identitária se estabelece em forma de representação associativa numa congregação de interesses comuns (iguais aos dos demais municípios associados) na luta pelo bem estar social. Numa garantia de elo exequível nas arenas da gestão participativa.

Um religioso, bastante atuante e influente na região afirma que é contra a construção, onde seus posicionamentos continuam os mesmos e não fará articulações impeditivas contra a discussão e realização do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, quando em reunião com o coordenador nacional do PDRS do Xingu, mas se exclui em participar:

¹³ Assessora da FVPP, em entrevista no dia 10-12-2010, na sede da fundação, e associação aos documentos como o Estatuto da instituição.

¹⁴ Secretária Técnica do Consórcio Belo Monte, em entrevista, na sede do Consórcio, em Altamira, em 13/12/2010.

Minhas posições, com relação à construção da hidrelétrica, continuam as mesmas, tentativas de convencido são inúteis; porém, não serei contra as discussões do Plano de Desenvolvimento do Xingu, quanto ao convite, não poderei participar do seminário de cadeias produtivas, pois não estarei em Altamira, e sim em viagem fora do Brasil.¹⁵

Segundo, a assessora técnica do Consórcio Belo Monte, as reuniões internas não estavam acontecendo desde a intensificação das atividades do PDRS do Xingu, devido ter perdido a essência e a verdadeira missão do mesmo, a de buscar melhorias para os municípios, sobretudo, num momento em que os acontecimentos estavam convergindo para a tão esperada concretização e vinda de investimentos para o desenvolvimento local. Revela que mesmo quando as reuniões estavam sendo realizadas rigorosamente, não tinham a presença da FVPP, basicamente apenas dos representantes do poder executivo dos municípios associados, e de alguns representantes do poder legislativo:

A FVPP não participou e nunca vai participar, seja do Consórcio ou de qualquer coisa que possibilite um espaço de discussão para a construção da Hidrelétrica Belo Monte. Eles, inclusive, acusaram a gente de envolvimento no assassinato da irmã Dorothy (ocorrido em 2005, em Anapu, devido a conflitos de terras). [...] Para ver o nível de acusação e rivalidade nesta questão. Quanto mais pudermos lutar contra, vão fazer. Mas, o Consórcio também pecou em sua condução interna, pois deve brigar mais para a garantia do desenvolvimento local, dos municípios mais atingidos, como Altamira e Vitória do Xingu, este último que praticamente não aparece nas discussões em meio a um grande empreendimento em seu território.¹⁶

O representante da Eletronorte/Eletróbrás, com o intuito de articulação local para a construção da hidrelétrica, afirma que várias vezes aguardou a proposta de um outro modelo de desenvolvimento local da FVPP e do “Movimento Xingu Vivo para Sempre”, mas não recebeu nenhum documento, a não ser notas de repúdio. Afirma que o Consórcio Belo Monte tem ajudado no diálogo, mas quanto aos demais segmentos da sociedade civil, estão aos poucos entendendo o processo, inclusive os indígenas que participam das discussões e estão se organizando:

A FVPP mediante seus movimentos faz procurações que não conferem à posição indígena, não participam de reuniões ou apresentam um modelo de desenvolvimento que possa vir a colaborar com os planos desenvolvidos. Temos o apoio do Consórcio Belo Monte, e de outros segmentos da sociedade civil, como o FORT-Xingu, e a partir de 2009, dos indígenas que estão se organizando sem uma representação institucional, senão a indígena. [...]. Estamos abertos ao diálogo. Mas, isto fere interesses pessoais, de quem há anos é contra. [...]. Assim, que sair a licença de instalação receberemos dos movimentos sociais certamente uma nota de repúdio. [...].¹⁷

Diante disso, retoma-se a dificuldade de diálogo dos representantes da sociedade civil. Todavia, a gestão participativa para ser efetiva precisa abranger o maior número possível de segmentos sociais, representações da sociedade civil sem, no entanto, intimidar a participação dos segmentos do estado e até mesmo do mercado. Assim, o fórum de gestão participativa estabelecido por Lei/Decreto, o Comitê Gestor, revela-se numa nova forma de organização social de difícil prática participativa, que o mesmo propõe, particularmente, devido aos atores envolvidos se colocarem historicamente em lados opostos, não permitindo um controle social necessário na garantia dos investimentos locais.

Destas constatações, percebe-se que Vitória do Xingu, apesar de estar no centro de um grande empreendimento, aparece quase despercebido, devido à evidência das influências dos atores estarem mais centradas na primeira dimensão psicossocial, bem oposta do momento de constituição enquanto emancipação municipal, onde os movimentos eram para uma identidade de projeto,

¹⁵ Resposta do religioso para o coordenador nacional do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRS – Xingu, quando perguntado sobre seu posicionamento com relação às atividades do Plano em Altamira, e de receber o convite para participação do Seminário Regional sobre “Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Xingu”, realizado nos dias 03, 04 e 05 de agosto de 2010, em Altamira.

¹⁶ Assessora Técnica do Consórcio Belo Monte, em entrevista, em sua residência, em Altamira, em 25/11/2010.

¹⁷ Representante da Eletronorte/Eletróbrás, em entrevista, em 10/12/2010, na sede da empresa, em Altamira.

de desenvolvimento. Essa falta de ênfase quanto à importância territorial de Vitória do Xingu, observadas nas reuniões do PDRS do Xingu, revela-se também na renúncia do prefeito de Vitória do Xingu, da presidência do Consórcio, em 2010, num mandato que seria de dois anos (2009-2010), período de intenso movimento em torno da hidrelétrica, desencadeando na comunidade do município uma decepção.

Fato este associado às afirmações de uma ex-vereadora e professora aposentada de Vitória do Xingu, que lutou também para a emancipação do município, mediante os sindicatos e movimento de mulheres local, revela que a renúncia feita pelo prefeito de Vitória do Xingu, em um ano extremamente importante para a discussão em torno do município sede de um grandioso e complexo empreendimento, demonstra uma dificuldade na articulação dos interesses municipais e na gestão participativa interna, direcionando ao Consórcio Belo Monte tais articulações, o que demonstra uma fragilidade perante a comunidade local com grande interesse por informações acerca dessa nova dimensão psicossocial que se estabelece e da necessidade de novos atores na influência dos movimentos do território:

Vitória do Xingu está parada, há uma hidrelétrica aí a ser construída (...), tantos foram os nossos esforços para emancipação do município, e agora esta gestão (prefeito) não participa para a população o que está ocorrendo; estamos felizes, porque acreditamos nos empregos e numa melhoria de vida. Nosso município sempre foi e parece que será de 'passagem', o que precisamos vamos à Altamira, mas às vezes fica cansativo e caro. Temos o nosso município, porque não podemos viver melhor aqui. Fizemos o sindicato dos professores e estimulamos as demais associações, o Movimento de Mulheres local, mas perdemos as forças no controle das coisas. O que temos funcionando bem é a desmobilização. É decepcionante a renúncia do prefeito na presidência do Consórcio.¹⁸

Portanto, as influências dos atores sociais nos movimentos do território estão se configurando numa nova organização e necessidade participativa. Assim, nesta arena da gestão participativa e na dinâmica dos representantes locais que influenciam e dificultam a relação entre Estado e sociedade civil, destaca-se uma questão bastante importante, a mudança de gestão nas diversas representações locais, seja no Consórcio Belo Monte, na FVPP e no FORT-Xingu, de Estado, seja do governo federal e estadual, bem como a indicação para a participação do Comitê Gestor, com vistas a garantir os interesses coletivos e específicos de cada segmento social.

Os caminhos percorridos pela pesquisa mostraram que uma das questões que mudou a trajetória da primeira dimensão psicossocial “contra versus a favor” à construção da Hidrelétrica Belo Monte foi a constituição do Consórcio Belo Monte e o PDRS-Xingu, com reuniões para discutir a construção da hidrelétrica, seus impactos e benefícios, para a segunda dimensão psicossocial participativa de controle de ações e investimentos para o desenvolvimento local, num envolvimento dos atores sociais de forma a torná-los multiplicadores de condutas com inclinação para a participação, mediante a formalização de um Comitê Gestor, contudo, esta gestão participativa formal não é garantia de sua efetividade, pois novos atores se mostram no território e novos movimentos se configuram para um fortalecimento ou não desta segunda dimensão psicossocial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vitória do Xingu apresenta uma peculiaridade importante, que possibilitou um estudo de caso único por revelar um território recente articulado à territorialização e em conformação identitária, em meio a um processo de gestão participativa que o possibilite promover qualidade de vida e desenvolvimento local, quanto à discussão em torno da construção da Hidrelétrica Belo Monte.

Vitória do Xingu, território em movimento, ou seja, enquanto espaço de formação recente e conformação identitária, onde se estabelece um movimento da sociedade para uma identidade de projeto, na busca da transformação de sua estrutura social e desenvolvimento local, que se caracteriza

¹⁸ Ex-vereadora da época da emancipação política e, atualmente, professora aposentada, participou e participa do Movimento de Mulheres que tem sede também em Vitória do Xingu, mas é favorável à construção da hidrelétrica. Entrevista em 03/07/2010, em sua casa em Vitória do Xingu.

pelas re-configurações permanentes, por meio de aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais, históricos e ambientais, e por apresentar um contexto de relação participativa entre Estado e sociedade civil, pelo viés de uma representação institucional.

O Consórcio Belo Monte, instituição representativa do território em movimento, Vitória do Xingu, na arena da gestão participativa do PDRS-Xingu, e atualmente do Comitê Gestor, com vistas à concorrência de níveis desejáveis de forma dialogada entre Estado e sociedade civil, aspecto fundamental para a concretização de um desenvolvimento compatível com os anseios sociais locais, possibilitou conhecer e discutir sobre as políticas públicas para o local em virtude da construção da Hidrelétrica Belo Monte.

A gestão participativa associada ao território em movimento congrega para o desenvolvimento local, para a apropriação pelos atores locais de informações e ações acerca de sua localidade e território, para dinâmicas sociais construídas continuamente para a melhoria e qualidade de vida. A representatividade torna-se importante nas reuniões e posicionamentos em prol do território nos encontros na arena da gestão participativa.

A pesquisa, assim, de um estudo de dissertação de mestrado, de 2009 a 2011, propôs-se a revelar: de que forma a gestão participativa para o desenvolvimento local se estabelece em áreas de formação recente articulada à territorialização e conformação identitária? Esta questão pode ser verificada, sobretudo, pela representatividade de Vitória do Xingu, junto às instituições participativas, mediante a associação ao Consórcio Belo Monte, que objetiva o fortalecimento e união de municípios com interesses comuns em torno das ações e investimentos locais a serem realizados na medida em que a construção da Hidrelétrica Belo Monte se efetivar.

Portanto, a gestão participativa para o desenvolvimento local se estabelece em área de formação recente e de conformação identitária, ou seja, na forma de representação por uma instituição formal que agregue interesses comuns de demais territórios, recentes ou não, mas unidos pelo mesmo objetivo, o desenvolvimento local e sustentável.

Outro olhar importante da pesquisa, quanto à gestão participativa para o desenvolvimento local e sustentável são as influências dos atores sociais e seus interesses em torno da discussão da construção da Hidrelétrica Belo Monte. Estas influências, ao longo dos anos, desencadearam posturas e posicionamentos que dificultaram e dificultam a relação entre Estado e parte da sociedade civil, esta pela negação em participar dos movimentos da gestão participativa promovidos pelo PDRS do Xingu e atualmente, pela implantação do Comitê Gestor.

A pesquisa, assim, propôs-se também a revelar: quais os fatores que influenciam e/ou dificultam a relação entre o Estado e a sociedade civil na arena da gestão participativa? Esta questão pode ser verificada, sobretudo, pelos interesses dos atores sociais e suas relações de poder, que ao mesmo tempo, influenciam os movimentos no território, como dificultam os níveis de participação que agregariam para uma gestão participativa de compartilhamento.

Os atores sociais e seus interesses de acordo com suas relações de poder e movimentos no território, mostram que não há em torno da discussão da hidrelétrica apenas uma dimensão psicossocial, contra versus a favor à construção da Hidrelétrica Belo Monte, mas outra que estabelece uma gestão participativa formal, a dimensão psicossocial participativa de controle das ações e investimentos para o desenvolvimento local. Todavia, esta dimensão abrange uma divisão entre a sociedade civil, que coloca em questão esta gestão participativa formal, o Comitê Gestor.

Associa-se a isto, as mudanças de atores sociais nas representações institucionais da sociedade civil a partir do ano 2011, como o Consórcio Belo Monte, o FORT-Xingu e a FVPP, bem como do Estado, de gestão dos governos federal e estadual, estão influenciando os movimentos destes novos atores, sobretudo, da sociedade civil, para o início das reuniões do Comitê Gestor, apesar da emissão da Licença de Instalação. Ou seja, as formalizações para a construção da hidrelétrica estão ocorrendo, enquanto que o controle das ações e investimentos está na formalização, mas não numa gestão participativa que agregue toda a sociedade civil local e a consciência de todos nesta segunda dimensão psicossocial, a do controle participativo.

Esta situação possibilita contextualizar a gestão participativa no território em movimento, Vitória do Xingu, que apresenta perspectivas de desdobramento psicossocial: (1)-continuar numa dimensão psicossocial contra versus a favor à construção da Belo Monte, sem avanços para o desenvolvimento local, devido uma situação diferenciada, sem articulações de toda a sociedade civil neste controle social e político, em meio a um fato: a construção da hidrelétrica, e (2)-fortalecer a segunda dimensão psicossocial participativa de controle de ações e investimentos para o desenvolvimento local, desde que toda a sociedade civil se envolva, fato que poderá ocorrer mediante as influências dos novos atores e novos movimentos em face à construção da hidrelétrica.

Assim, a primeira dimensão psicossocial se fortaleceu ao longo dos anos, na possibilidade de não construção da hidrelétrica, havendo uma realidade importante aos avanços dos movimentos do Estado e de parte da sociedade civil na construção da mesma. Contexto que infere a alguns questionamentos que surgem neste território que continua em movimento: Como se dará a divisão da sociedade civil em meio à concretização da hidrelétrica nas novas representações?; Os novos atores continuarão na mesma linha de conscientização no processo psicossocial, apesar da construção da Belo Monte?; Os mais novos movimentos contrários à construção, como por exemplo, a Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Pará e a recomendação da Organização dos Estados Americanos - OEA, terão influências na anulação da licença de instalação da hidrelétrica?

É inevitável afirmar que os questionamentos neste território em movimento estão apenas começando dentro de uma nova dinâmica e momento histórico, diante da relevância de acompanhamento e pesquisa, em meio a um grande empreendimento e sua relação com a gestão participativa, numa perspectiva inovadora ao revelar aspectos para além da dimensão, contra versus a favor, à construção da Hidrelétrica Belo Monte.

Assim, este artigo mostra que continua um movimento no território, numa concretização de que os caminhos são múltiplos, num palco ainda de interesses infindáveis, e principalmente, numa caracterização de gestão participativa articulada para o desenvolvimento local de forma desafiadora na e para a Amazônia. Portanto, conclui-se o estabelecimento de uma saída do território que continua em movimento.

REFERÊNCIAS

- AMMANN, Safira Bezerra. **Participação social**. São Paulo: Cortez, 1978.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- APRESENTAÇÃO FVPP. Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP. Disponível em: <<http://www.fvpp.org.br>>. Acesso em: 15 dez. 2010.
- APROVEITAMENTO Hidrelétrico Belo Monte: relatório de impacto ambiental - RIMA. Brasília: Eletrobrás, 2009.
- ARARA, Josinei. **Josinei Arara**: depoimento. In: **III Encontro Latinoamericano de Ciências Sociais e Barragens-PA**, dezembro 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ. Câmara Federal e movimentos sociais discutem Belo Monte. Disponível em: <<http://www.alepa.pa.gov.br>>. Acesso em: 08 abr. 2011.
- BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. **Desenvolvimento regional-local**: determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 1999. p. 23-128.

BARILE, Maria de Fátima Fernandes. **Maria de Fátima Fernandes Barile**. Altamira: sede do Consórcio Belo Monte-PA, julho 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.

_____. **Maria de Fátima Fernandes Barile**: depoimento . Altamira: sede da Associação Comercial de Altamira-PA, agosto 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.

_____. **Maria de Fátima Fernandes Barile**: depoimento . Altamira: residência da ex-assessora técnica do Consórcio Belo Monte-PA, dezembro 2010. Vídeo. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAMPOS, Wilmar. **Wilmar Campos**: depoimento. Altamira: sede do FORT Xingu-PA, agosto 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.v.2.

CASTRO, Edna; VAINER, Carlos (Coords). Territorialidades, conflitos e demandas de movimentos sociais indígenas. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3.2010, Belém. **Anais**. Belém: NAEA/UFPA, 2010.

COMISSÃO da OEA deve revisar decisão sobre Belo Monte, diz Secretário-Geral. Disponível em: <<http://www.blogbelomonte.com.br>>. Acesso em: 04 maio, 2011.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Dos multiterritórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: [S.n], 2004.

_____. Desterritorização, multiterritorialidade e regionalização. In: Ministério da Integração Nacional. **Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: 2005.

HIDRELÉTRICA BELO MONTE. Disponível em: <<http://www.blogbelomonte.com.br>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

HIDRELÉTRICA BELO MONTE. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

HIDRELÉTRICA BELO MONTE. Disponível em: <<http://fortxingu.blogspot.com>>. Acesso em: 06 mar. 2011.

HOFFMANN, Ancelmo. **Ancelmo Hoffmann**: depoimento. Vitória do Xingu, sítio na zona rural do município-PA, nov. 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.

LINHA do tempo da Hidrelétrica Belo Monte. Disponível em: <<http://www.eletronbras.com>>. Acesso em: 06 mar. 2011.

MAGALHÃES, João Carlos. Emancipação Político-Administrativa de Municípios no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Carlos Wagner et al. (Orgs.) **Dinâmica dos municípios**. Brasília: Ipea, 2008.

MIRAGAIA, Júlio. **Júlio Miragaia**: depoimento . Brasília: sede do Ministério de Ciência e Tecnologia-DF, julho. 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.

_____. **Júlio Miragaia**: depoimento . Altamira: sede da Prelazia do Xingu em encontro com o Bispo Dom Erwin Krautler-PA, agosto 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.

MIRALHA, W. ; NUNES, M.; BORDO, A. As diferentes abordagens do conceito de território. In: SEMANA DE GEOGRAFIA DA FCT/UNESP, 6. ed., 2005, Presidente Prudente,SP. **Anais eletrônicos**. São Paulo: FCT/UNESP, 2005.

NEVES, Maria. **Maria das Neves**: depoimento . Vitória do Xingu: residência da ex-vereadora e mobilizadora na emancipação do município-PA, julho 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000200006 & lng=en&nrm=iso>.

PAIVA, Angela Maria Trindade. **Das águas do rio, as mulheres em movimento na defesa do Xingu**: a resistência contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte em Altamira - Oeste do Pará. Belém: UFPA, 2010.

_____. **Ângela Maria Trindade Paiva**: depoimento . Belém: In: III Encontro de Ciências Sociais e Barragens-PA, dezembro 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.

PARÁ. Secretaria de Estudo de Integração Regional.Diretoria de Integração Regional. **Atlas de Integração Regional do Estado do Pará**. Belém, 2010.

PATRIOTA: solicitação da OEA para suspender Belo Monte é precipitada. Disponível em: <<http://senado.gov.br>>. Acesso em: 06 abr. 2011.

PINHEIRO, Renata. **Renata Pinheiro**: depoimento [dez. 2010]. Altamira: sede do Movimento Xingu Vivo para Sempre-PA, dezembro 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.

_____. **Renata Pinheiro**: depoimento [dez. 2010]. Altamira: sede da Fundação Viver, Produzir e Preservar - PA, dezembro 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU. Brasília: Casa Civil da Presidência da República/ Belém: SEIR, 2010.

PRIMEIROS resultados do censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REGIÃO de Integração da Secretaria de Estado de Integração Regional - SEIR. Disponível em:<
<http://www.seir.pa.gov.br>>. Acesso em: 19 mai. 2010.

SAMPAIO, Elias. **Elias Sampaio**: depoimento. Altamira: sede da Eletronorte/Eletronorte-PA, jul. 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SOUSA, Francisco de Assis dos Santos. **Francisco de Assis dos Santos (Chiquinho)**: depoimento. Belém: sede da Secretaria de Estado de Integração Regional-PA, agosto 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.

SOUZA, César Martins; CARDOZO, Alírio. **Histórias do Xingu**: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII-XXI). Belém: EDUFPA, 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

TABOSA, Iárlly de Castro. **Iárlly de Castro Tabosa**: depoimento . Altamira: sede da Eletronorte/Eletronorte-PA, julho 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: Equip; Salvador: UFBA, 2001.

XIPAIA, Luís. **Luís Xipaia**: depoimento. Altamira: sede da Eletronorte/Eletronorte-PA, dezembro 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.

_____. **Luís Xipaia**: depoimento. Altamira: residência da liderança indígena Xipaia e presidente do Conselho Indígena-PA, dezembro 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.

XAVIER, Sandra. **Sandra Xavier**: depoimento. Altamira: sede do Consórcio Belo Monte-PA, dezembro 2010. Entrevista concedida à Rosa Ibiapina.